

# A SOCIEDADE CIVIL PODE MUDAR O JORNALISMO?

DOSSIÊ

A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina

Copyright © 2009

**SBPJor** /  
Sociedade  
Brasileira de  
Pesquisa  
em Jornalismo

SILVIO WAISBORD  
Escola de Mídia e Assuntos Públicos  
George Washington University, EUA

## RESUMO:

Após estudos recentes sobre a “teoria do campo” e o “institucionalismo novo” nos estudos sobre jornalismo (Benson, 2004, 2006), a premissa inicial deste artigo é que a imprensa mantém vínculos com três campos externos: os estados, os mercados e a sociedade civil. Os vínculos são formados tanto pelas relações estruturais quanto pelas práticas de fazer notícias. Os fatores estruturais como propriedade, financiamento e legislação determinam as conexões das organizações noticiosas com os estados, as empresas e os protagonistas civis. Os processos de produção e consumo de notícias envolvendo as redações, as fontes e as audiências afetam também a intensidade das relações entre a imprensa e os campos externos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo, sociedade civil, América Latina.

## INTRODUÇÃO

A preocupação central dos estudos críticos sobre a mídia é que a democracia sofre quando os vínculos entre a imprensa e a sociedade civil ficam enfraquecidos (Curran, 2002; Dahlgren, 2008). Para que a imprensa funcione eficazmente como uma plataforma para a manifestação dos interesses dos cidadãos, ela precisa cultivar e manter vínculos fortes com a sociedade civil. Esta é uma condição fundamental para que a imprensa possa alimentar a cidadania, cobrir perspectivas múltiplas, relatar as questões que afetam uma ampla diversidade de públicos e facilitar o diálogo civil e a participação dos cidadãos.

Nas democracias latino-americanas contemporâneas, essas metas ficam comprometidas pelo fato de que os estados e os mercados exercem mais influência sobre a imprensa do que a sociedade civil. Fortes vínculos estruturais e institucionais com os estados e os mercados influem negativamente a imprensa. No nível estrutural, os estados exercem

influência sobre a imprensa através da propriedade, as políticas arbitrárias que recompensam a cobertura leal, as leis punitivas, e a alocação discricionária dos recursos públicos. Os mercados exercem influência através do poder dos donos da mídia, as expectativas das corporações quanto à lucratividade da imprensa, o peso dos anúncios particulares nas economias da imprensa, e o preconceito socioeconômico das audiências para as notícias. Além disso, as relações do tipo *quid pro quo* entre o estado e as forças do mercado consolidam ainda mais o poder dos funcionários governamentais e das empresas sobre a imprensa. No nível institucional, os estados e as grandes empresas tipicamente deixam para trás os protagonistas civis na produção e distribuição de informações. A gestão oficial das notícias assegura o domínio dos criadores e fontes governamentais de notícias. A engrenagem das relações públicas das grandes corporações exerce um poder significativo na produção das notícias. As práticas rotineiras e as normas profissionais do jornalismo reforçam o poder das fontes e fazedores de notícias oficiais.

Assim, os esforços para promover uma imprensa mais plural e diversificada precisam ser dirigidos para remodelar as relações existentes a fim de restringir a influência dos estados e mercados e fortalecer a presença de questões e vozes civis nas notícias.

### **A divisão entre a imprensa e a sociedade civil na América Latina**

O hiato entre a imprensa e a sociedade civil tem sido um assunto muito importante para a pesquisa da mídia na América Latina. Os sistemas de imprensa na região têm estado historicamente sob a influência constante e descontrolada dos estados e mercados (Waisbord, 2000). Para a imprensa escrita, o estado tem sido historicamente um protagonista econômico e político de peso. Os anúncios do estado permanecem uma das fontes financeiras mais importantes para a imprensa de modo geral. Esta situação continua sem qualquer mudança hoje quando os governos mantêm um poder substancial sobre o aspecto econômico da imprensa e controlam as decisões-chave que afetam o negócio da mídia. O conluio entre os governos e a mídia tem sido uma característica dominante dos sistemas de imprensa na região (Hughes e Lawson, 2005). O mercado também tem tido uma influência substancial na mídia de notícias. Enquanto o êxito comercial medido por receitas de publicidade e pelos índices de audiência tem sido uma preocupação primordial para os sistemas de difusão, a difusão pública tem permanecido historicamente fraca. Da mesma maneira, as metas do mercado têm sido o maior propulsor dos principais veículos da imprensa escrita.

Em vista das relações estruturais com os estados e mercados, a imprensa da região tem sido e continua sendo mal preparada para dar a atenção adequada e equilibrada a uma faixa ampla de questões sociais e perspectivas civis. Ela está predisposta a relatar as questões que têm importância para as fontes oficiais com acesso fluido à mídia. Ela é parcial ao dar cobertura às questões que interessam principalmente às prósperas audiências urbanas enquanto dão uma atenção esporádica mínima às questões que afetam principalmente as populações carentes de recursos. Os assuntos relacionados com o desenvolvimento social como pobreza, fome, desnutrição, saúde e educação recebem tradicionalmente pouca atenção (Alfaro, 2008). A imprensa focaliza as questões que são relevantes para os poderosos fazedores de notícias, para as fontes convencionais de notícias e para as audiências urbanas e mais ricas. Ela tem sido extremamente cautelosa para relatar as questões que podem antagonizar os funcionários do governo e os anunciantes principais (Pedraglio, 2005; Motta, 2008).

Esta situação tem provocado historicamente dois conjuntos de respostas da sociedade civil que se cristalizaram em “movimentos de mídia”. Como qualquer movimento social (Dianai e Bison, 2004), os movimentos de mídia são redes de cidadãos e associações que empreendem o conflito político para conseguir as transformações sociais, particularmente com relação à imprensa e à mídia em geral. Eles visam promover mudanças na mídia através de uma variedade de ações coletivas, incluindo a defesa, a educação, a mobilização, o protesto, as campanhas e outras ações.

Um “movimento de mídia” vem tentando transpor a brecha entre a imprensa e a sociedade civil ao promover reformas de política nos sistemas de mídia. A meta tem sido fortalecer a presença das vozes civis e restringir a influência dos governos e das grandes empresas. Os movimentos da “reforma da política” têm passado por uma evolução com paradas frequentes, em grande parte determinadas pela longa história de autoritarismo vivenciada pela região (Fox e Waisbord, 2002). A consolidação da democracia a partir da década de 1980 vem abrindo novas possibilidades para reformas legais e políticas. Já houve diversas tentativas nacionais para tornar a imprensa, e o sistema de mídia em geral, mais sensível às vozes civis. Para mencionar apenas alguns exemplos da última década: iniciativas para aprovar leis que promovam o acesso às informações públicas e acabar com a legislação draconiana na Argentina, no Peru e no México (Gill e Hughes, 2005), e os debates liderados pela sociedade civil sobre a reforma da mídia durante as discussões no Congresso sobre políticas da mídia na Colômbia, no México, Peru e Uruguai (Alfaro, 2005) são provas dos esforços contínuos para fortalecer os interesses civis. Tais impulsos são especialmente louváveis considerando as sensibilidades políticas a respeito da reforma da mídia. Motivados pelo receio de alienar os donos da grande mídia, os governos civis tipicamente têm contornado de fininho a questão da reforma da mídia ou têm endossado as propostas que favoreciam aqueles donos. Depois de mais de duas décadas de democracia sem interrupções em toda a região, a democratização da mídia ainda continua pendente.

Um segundo “movimento de mídia” tem visado desenvolver a mídia dos cidadãos como uma alternativa aos canais sob influência de governos e empresas. A América Latina tem uma tradição longa e rica de mídia “alternativa” que tem repudiado a influência tanto dos estados quanto dos mercados. Ao invés de almejar mudanças na política, os movimentos de “mídia alternativa” têm focalizado o desenvolvimento e a sustentação dos meios de expressão dos cidadãos. A mídia alternativa tem sido muitas vezes fundamental na mobilização civil em torno de uma ampla faixa de questões (por exemplo, os direitos dos mineiros, as questões ambientais, os direitos da mulher) que usaram as inovações tecnológicas (desde o rádio primitivo ao vídeo na palma da mão até a Internet) e aproveitaram as brechas na lei para estabelecer formas de expressão baseadas na comunidade. (Huesca e Dervin, 2006; Rodrigues, 2001).

Neste artigo meu interesse é a discussão sobre o jornalismo de defesa civil (JDC) como um terceiro “movimento de mídia” para fortalecer as ligações entre a imprensa e a sociedade civil na América Latina. O JDC se refere às ações de grupos civis para influenciar a cobertura do noticiário sobre questões sociais na imprensa principal. Desde a consolidação da democracia liberal na região nas últimas décadas, numerosas associações civis têm se engajado na defesa de questões ao promover melhor qualidade na cobertura das questões civis em toda a região. Os exemplos incluem as associações que promovem a reportagem das questões infantis (por ex. a Agência Notícias de

Direitos da Infância com base no Brasil), das questões da mulher (por ex. a rede PAR da Argentina, *Comunicación y Información de la Mujer* do México), da HIV/AIDS (por ex. a Agência AIDS do Brasil), do meio ambiente (por ex. *Red de Comunicación Ambiental de América Latina e el Caribe*) e das questões sociais em geral (*Red de Periodismo Social* da Argentina, *Agencia Latinoamericana de Información* do Equador). Uma nova forma de mobilização civil na história da política da mídia na região, o trabalho destas organizações tem implicações importantes para a democracia da mídia.

O surgimento do JDC na América Latina oferece uma oportunidade para examinar questões-chave nos estudos sobre a mídia e o jornalismo. A sociedade civil pode mudar a imprensa? Quais os méritos do JDC para tornar o jornalismo mais sensível aos interesses e às exigências civis? Neste artigo, passo uma revista nas estratégias e nos alicerces políticos do JDC baseado em entrevistas com repórteres e membros de grupos de defesa, e discuto suas conquistas e limitações. A primeira seção focaliza os motivos da invisibilidade e da desvirtuação das questões sociais na imprensa principal. A segunda seção examina as estratégias dos grupos sociais para melhorar a cobertura noticiosa dos problemas sociais. A última seção considera as implicações da defesa civil na mídia para a democratização. Meu argumento é que o JDC tem alcançado um progresso significativo ao ampliar a faixa das questões e perspectivas. Suas contribuições, no entanto, são limitadas não apenas pelos sistemas de imprensa que permanecem firmemente orientados a favor dos estados e mercados. São também constringidas pela “lógica da mídia” enraizada nas culturas jornalísticas e na dinâmica da produção das notícias que continuam influenciando a imprensa para favorecer as fontes oficiais e as matérias já feitas.

### **Os problemas da cobertura noticiosa das questões civis**

A ascensão do JDC precisa ser situada no contexto da mobilização da sociedade civil nos contextos pós-autoritários na América Latina. Desde a queda dos regimes autoritários durante a década de 1980, a ativação da sociedade civil tem sido um aspecto distintivo das democracias contemporâneas na região. A mobilização de uma ampla gama de grupos de direitos humanos, de indígenas, da juventude e do meio ambiente, e o surgimento de novas formas de participação dos cidadãos na administração municipal sugerem a vitalidade da sociedade civil (Brysk, 2000; Eckstein, 1989; Escobar e Alvarez, 1992; Yashar, 2005). Porém, na maioria das vezes, a imprensa tem ficado atrasada em relação às ações dos grupos civis na identificação dos problemas e das ações. Ela não tem refletido adequadamente a riqueza das experiências e as exigências participativas.

O JDC visa lidar com esta brecha ao trazer as questões e vozes civis para a imprensa principal. Sua premissa é baseada na compreensão de que a mídia principal faz um papel central na “política de reconhecimento” (Fraser, 1997) e na construção dos problemas públicos (Hilgartner & Bosk, 1988) em uma era de política “mediática”. Na mesma forma em que os partidos políticos e os políticos têm-se dado conta da importância da política mediática, nas últimas décadas na América Latina, ao organizarem campanhas eleitorais e governarem baseados na mídia (Skidmore, 1993), os grupos civis também têm-se dado conta do significado da política mediática. A cobertura noticiosa afeta as perspectivas de mudança social e política. A invisibilidade e

a deturpação na mídia minam os esforços globais de promover a consciência e as políticas públicas.

Os estudos têm documentado o fato de que a imprensa raramente faz cobertura das questões civis e oferece perspectivas estreitas, particularmente nos assuntos que afetam as populações socialmente excluídas. Em primeiro lugar, os problemas sociais que afetam os pobres estão tipicamente ausentes nas notícias. A imprensa tem preconceito contra a cobertura de questões de saúde que afetam principalmente os grupos mais pobres, inclusive os grupos indígenas e as populações rurais (Alcalay e Mendoza, 2000; da Rocha, 1995). As questões ambientais que afetam as populações urbanas têm mais probabilidades de receber substancialmente maior atenção do que as questões que afetam as empobrecidas áreas rurais e no perímetro urbano (Jukosfsky, 2000). O crime que afeta as pessoas pobres tem menos probabilidade de receber atenção do que o crime que afeta os grupos mais ricos (Bonilla Velez e Gomez, 2005). A vida das crianças e jovens pobres, inclusive a violência e a exploração, são raramente notícias (ANDI, 2003).

Em segundo lugar, a imprensa tipicamente deixa de trazer perspectivas diferentes, particularmente a visão de populações que são diretamente afetadas pelos problemas sociais, para promover o diálogo sobre os problemas e as soluções. A cobertura noticiosa do crime que afeta os cidadãos pobres muitas vezes os retrata como vítimas desafortunadas ou perpetradores (Larrain e Valenzuela, 2004). Na Colômbia, a cobertura do prolongado conflito armado interno, que tem afetado seriamente as pobres populações rurais, tem sido dominado pelas fontes oficiais, isto é, políticos e oficiais militares. As vozes que propõem soluções pacíficas recebem substancialmente menos atenção. Aos cidadãos pobres e rurais, que desproporcionalmente compõem o número crescente de pessoas deslocadas pelo conflito, raramente são dadas as oportunidades de apresentar seus pontos de vista (Arenas et al, 2003; Coba et al, 2007). Embora o jornalismo brasileiro venha oferecendo cada vez mais cobertura às questões ambientais, ele tende a focalizar mais as opiniões e preocupações oficiais do que as vozes civis e as ações locais para enfrentar os problemas (de Oliviera, 1996; Guedes, 2000; Luft, 2005).

A qualidade deficiente da cobertura noticiosa dos problemas sociais deixa clara as principais falhas da imprensa no apoio às metas democráticas. Em primeiro lugar, a imprensa não amplia as fronteiras do debate público sobre os problemas sociais. Ao afastar-se da cobertura de uma ampla variedade de problemas, a imprensa exclui cidadãos e questões do processo de reflexão crítica. Ao fazê-lo, a imprensa perpetua um processo de exclusão social ao relegar as preocupações da maioria. Em segundo lugar, a ausência da cobertura das desigualdades sociais reflete o desinteresse da imprensa para promover a empatia e a solidariedade na vida democrática. Os críticos da imprensa têm sublinhado a necessidade da imprensa alimentar os vínculos sociais entre os cidadãos com experiências diversas. Trazer as questões que afetam os outros é necessário para promover a sensibilidade em relação aos outros cujas condições de vida e perspectivas são diferentes.

O ponto de partida do JDC é que os problemas essencialmente existem no nível institucional, isto é, nas práticas e condições das redações. As condições de trabalho nas redações desestimulam a produção da reportagem profunda dos problemas civis. Não é raro que os repórteres nas redações latino-americanas tenham mais de um emprego, e que se espere que produzam várias matérias diariamente. Adicionalmente, e

particularmente na mídia provinciana, os repórteres têm um segundo emprego de corretor de anúncios. Além disso, as empresas de notícias raramente liberam os repórteres, ou alocam suficientes recursos humanos e financeiros para fazer a cobertura das matérias. Estas condições estimulam os jornalistas para cobrir as questões que exijam um mínimo de tempo e despesas. A consequência é a cobertura reativa focada em eventos (destituída de contexto em processos de longo prazo) e dependente das informações oficiais e notícias das agências.

Certamente as redações pobres em recursos afetam negativamente a qualidade das notícias de modo geral. As seções que cobrem as “notícias quentes” (por ex., as notícias políticas, econômicas, policiais, estrangeiras), entretanto, têm mais repórteres e utilizam consistentemente informações geradas pelas fontes. A dependência das redações latino-americanas das informações oficiais para as notícias políticas (Hallin 2000) e dos relatórios policiais para matérias sobre crimes/segurança pública é bem documentada (Ramos e Paiva, 2007). Poucas organizações noticiosas têm rondas específicas para cobertura das questões civis. A falta de seções específicas desestimula as organizações noticiosas de procurar constantemente notícias frescas. Tipicamente, as questões civis caem dentro das seções da “sociedade” que servem como guarda-chuvas para cobrir uma porção de questões. Nos últimos anos, a criação de seções tais como “saúde”, “educação”, “comunidade” e “questões femininas” nos jornais, nos seminários de notícias e nos noticiários na televisão tem aberto novas oportunidades para grupos de defesa. Os repórteres que fazem a cobertura destas áreas poderão ser mais receptivos dado que precisam produzir regularmente matérias sobre esses temas.

### **Abordagem e estratégias**

O JDC envolve uma interpretação “institucionalista” da imprensa principal. Aqui o “institucionalismo” se refere à perspectiva conforme a qual as rotinas e práticas organizacionais e as normas profissionais determinam o conteúdo das notícias. As rotinas de apuração das notícias e as convenções jornalísticas determinam a preferência pelas notícias oficiais, dramáticas, causadas por conflitos, sensacionalistas, centradas em eventos, de celebridades. Tais normas não apenas constroem os jornalistas, mas também limitam as oportunidades para os interesses civis receberem a cobertura noticiosa.

O JDC é um observador profundo das normas e práticas estabelecidas para determinar as notícias. Acredita que essas normas e práticas podem ser usadas para avançar nas agendas sociais. Ele se ata às práticas padronizadas de reportagem ao invés de tentar revolucionar o jornalismo. Não propõe uma ruptura na produção das notícias, mas no lugar disso oferece uma abordagem criativa para a gestão das notícias que se capitaliza nas bases do jornalismo contemporâneo para promover a justiça social. Assume que as regras jornalísticas não refletem necessariamente os interesses dominantes, porém elas podem ser torcidas para favorecer as causas sociais. Ele está ciente das condições de trabalho nas redações típicas e precisa encontrar oportunidades, vê as redações como ambientes dinâmicos, sujeitos às exigências contraditórias. Assume que as redações dependem tipicamente do conteúdo gerado por protagonistas externos ao invés de matérias iniciadas por repórteres.

O JDC é baseado na idéia de que as oportunidades para configurar o conteúdo das notícias são imprevisíveis. Uma variedade de circunstâncias poderá abrir ou fechar as

possibilidades. Os conflitos entre as organizações noticiosas individuais e os governos poderão trazer oportunidades para criticar as políticas sociais. O comprometimento oficial com políticas sociais específicas poderá ser vantajoso para que os grupos sociais consigam a atenção da mídia. Os repórteres individuais poderão estar particularmente interessados nas questões específicas.

A partir desta perspectiva, o JDC visa alcançar três metas: aumentar a quantidade e a qualidade da cobertura das questões específicas; fortalecer a presença de vozes civis na imprensa principal; e lidar com a imprensa como um aliado tático para ajudar o avanço das causas políticas e sociais. Para alcançar estas metas, as organizações civis usam três estratégias: tornar-se a fonte, treinamento e crítica da imprensa.

As estratégias de tornar-se a fonte visam facilitar o acesso dos repórteres às informações e fortalecer a posição das organizações civis como fontes de notícias críveis e regulares. Estas estratégias incluem uma ampla gama de táticas. Algumas organizações, como a ANDI do Brasil e a CIMAC do México, atuam como agências não-convencionais de notícias que produzem e distribuem conteúdo, e frequentemente discutem as ideias para as matérias com os repórteres. Algumas organizações têm acordos com grandes organizações noticiosas para publicar um conteúdo específico. Por exemplo, a *Red de Periodismo Social* da Argentina tem um acordo com jornais influentes no país para publicar uma série de matérias sobre as questões sociais. As matérias têm destacado questões como as condições nos hospitais públicos e os sistemas de coleta e destruição do lixo. Da mesma maneira, a CIPPEC da Argentina tem acordos com *La Nación* e *Clarín*, os diários mais importantes do país, para publicar artigos sobre diversas questões sociais tais como a educação e a justiça várias vezes por ano. A CIPPEC fica totalmente responsável pela produção do conteúdo que é fornecido “em exclusividade” aos jornais. Os jornais têm garantido um “furo” em troca do espaço para o conteúdo.

As estratégias de tornar-se a fonte também incluem o desenvolvimento e fortalecimento das relações com os repórteres individuais. As relações fornecem um sentido das necessidades das redações a fim de encontrar oportunidades para cobertura das notícias. “Dias com poucas notícias” poderão oferecer oportunidades para obter uma cobertura ampla ou a atenção na primeira página. O interesse em relatar o “lado humano” de certas matérias (por ex. avanços científicos, decisões judiciais) poderá abrir a possibilidade de identificar os cidadãos tanto como sujeitos quanto fontes.

As organizações civis também aproveitam os eventos noticiosos convencionais para conseguir cobertura. Elas pegam carona na atenção dada pelas notícias aos discursos de alto perfil, aos eventos públicos dos fazedores de notícias, aos debates no Congresso, e aos dias “internacionais” e “nacionais” comemorando questões específicas (por ex. o Dia Internacional da Mulher, o Dia Mundial de AIDS, o Dia da Terra) para obter a cobertura. As táticas variam da gestão convencional das notícias (por ex. lançamentos de comunicados, realização de conferências de imprensa) até as ações para chamar a atenção das notícias (por ex. truques publicitários, comícios, protestos) associadas tipicamente aos grupos populares. Da mesma maneira, os grupos de defesa são sensíveis às necessidades e preconceitos específicos das várias formas de mídia para conseguir a cobertura. As organizações da imprensa impressa poderão estar mais interessadas em furos. As notícias na televisão são impulsionadas pelas imagens e pelo entretenimento, e os programas de entrevistas na parte da tarde, pelas questões que são relevantes às suas

audiências femininas. Os programas de rádio tipicamente têm interesse nas entrevistas com peritos e fazedores de notícias.

A segunda estratégia visa aumentar o nível de profissionalismo na cobertura das notícias. O desafio é duplo. Em primeiro lugar, os repórteres raramente têm um conhecimento profundo de questões específicas (por ex. as leis contra a violência doméstica, os direitos das crianças, as informações básicas sobre a transmissão e prevenção de doenças). Embora um número crescente de repórteres na região seja formado em escolas de jornalismo e comunicação, poucos têm tido a oportunidade de se especializar em determinadas áreas. Em segundo lugar, a maioria das associações civis não conhece as práticas jornalísticas e lhes faltam as abordagens estratégicas para trabalhar com organizações de imprensa.

A fim de solucionar estes problemas, as organizações de defesa trabalham tanto com os repórteres quanto com as organizações civis. Por um lado, elas oferecem treinamento em jornalismo para familiarizar os repórteres com os aspectos técnicos essenciais e colocá-los em contato com peritos/fontes. Muitas organizações também dão prêmios para reconhecer a reportagem de qualidade sobre temas específicos (por ex. as questões infantis, os direitos da mulher). Eles têm elaborado também um conjunto de princípios para orientar a reportagem. Por outro lado, o treinamento de mídia para as organizações civis pretende fortalecer sua capacidade de se tornarem fontes regulares e críveis de notícias. Geralmente, as organizações ou não conhecem as práticas jornalísticas convencionais ou desconfiam da mídia noticiosa. As relações entre os repórteres e as organizações civis muitas vezes não existem ou estão repletas de mal-entendidos e animosidades. As expectativas são extraordinariamente diferentes. Enquanto os repórteres procuram matérias que valem a pena noticiar e que se enquadram nas expectativas dos redatores, além de terem ressonância com as audiências, as organizações têm interesse na disseminação de informações que nem sempre têm valor intrinsecamente jornalístico. Então, o treinamento é visto também como a oportunidade de facilitar a comunicação entre os repórteres e as organizações a fim de discutir as questões e possibilidades de colaboração.

Uma terceira estratégia é a crítica da imprensa, da cobertura noticiosa das questões civis e sociais. Muitas organizações monitoram e analisam regularmente o volume e a qualidade das notícias, produzem dados e documentos, e compartilham os resultados com os repórteres e redatores a fim de mostrar as brechas e realizações. O propósito é fornecer uma crítica construtiva para as organizações noticiosas e usar os dados para identificar os problemas e as ações de melhoria.

### **A sustentação ideológica da defesa civil da mídia**

A análise das estratégias do JDC reflete a adoção de uma abordagem pragmática que vê a imprensa principal como um aliado estratégico potencial nas lutas representacionais relacionadas com a visibilidade das questões sociais.

Esta abordagem sugere três diferenciais importantes entre o JDC e outros movimentos de mídia.

Em primeiro lugar, o JDC não se baseia numa crítica radical à mídia dominante. Embora critique a cobertura convencional das questões sociais e civis, ele não trata a



mídia como se fosse o diabo. Ele não é antagônico; ao contrário, procura colaborar com a mídia noticiosa e com os repórteres individuais que sejam sensíveis às questões sociais. Não está impregnado de um pessimismo filosófico que nega a possibilidade de que a mídia da imprensa principal possa dar circunstancialmente a atenção adequada às causas sociais. Pelo contrário, ele abraça uma perspectiva moderadamente otimista em relação às possibilidades de transformar a cobertura da imprensa. Não vê a imprensa principal como inevitavelmente inclinada contra os interesses sociais/civis, mas que procura encontrar as oportunidades dentro das organizações noticiosas. Reconhece que nem todos os temas podem receber uma cobertura adequada devido aos interesses editoriais e aos preconceitos profissionais dos jornalistas. Assume pragmaticamente que a grande mídia (além da menor) sempre vai visar seus interesses especiais, sendo necessário estrategicamente encontrar as oportunidades para configurar o conteúdo. Trata a mídia como uma instituição comercial e política que, dependendo de uma variedade de circunstâncias, poderá dar destaque às questões sociais. Ele vê a mídia noticiosa como um conjunto de arenas abertas para disputar o conteúdo e os enquadramentos, e as redações como sujeitas às exigências temporárias e contraditórias que criam ou fecham as oportunidades para introduzir as questões sociais. Embora o JDC aumente a força gravitacional da sociedade civil sobre a imprensa, ele não torna a configurar substancialmente os vínculos estruturais entre a imprensa, os estados e os mercados. Esta não é uma omissão causal, mas uma decisão consciente das estratégias que visam mudar o conteúdo das notícias ao invés de práticas básicas da mídia principal.

Em segundo lugar, o JDC escolhe integrar uma variedade de ações da mídia para promover suas causas, ao invés de focalizar a construção e manutenção de plataformas separadas do sistema dominante da mídia. Esta abordagem se baseia no reconhecimento que a imprensa principal tem um alcance e uma influência sem igual. Portanto, os grupos de defesa trabalham com a mídia de grande escala enquanto preservam plataformas autônomas e alternativas para produzir e divulgar as informações. O JDC não visa derrubar as estruturas prevalentes. De fato, as questões da política da mídia estão relativamente ausentes ou são preocupações menores para os grupos de defesa. O JDC exprime os esforços desagregados para mudar o conteúdo da mídia sem introduzir transformações maiores nas estruturas políticas e econômicas.

Em terceiro lugar, o JDC está baseado na noção da defesa técnica, das questões específicas, ao invés da defesa partidária. O JDC representa um sentimento pós-partidário que se abate da política partidária. Os grupos de defesa visam politizar questões específicas, isto é, torná-las temas de debate e política pública. Não obstante, eles defendem cuidadosamente questões que não estejam estreitamente identificadas com as agendas partidárias. Na verdade, trabalham frequentemente com diversos partidos políticos para conquistar a visibilidade e o interesse dos que fazem as políticas, e ficam acima da batalha. Os entrevistados se referem muitas vezes à defesa civil em termos de jornalismo “não militante” ou “não combativo”.

As perspectivas para a defesa não-partidária variam conforme o tipo das questões. Nem todas as questões se prestam a tornar-se notícias políticas. A política especificamente local e nacional além das posições editoriais das organizações noticiosas oferece oportunidades diferentes. A defesa pela atenção e pelas políticas para tratar a violência doméstica ou a matança de crianças pobres que moram na rua enfrenta tipicamente um conjunto diferente de desafios políticos do que aquela que promove o direito ao aborto

ou o acesso livre aos cuidados de saúde para as pessoas que padecem do HIV-AIDS. Cada questão afeta diferentemente uma porção de interesses políticos. Focalizar os policiais doidos para puxar o gatilho poderá criar dificuldades para as organizações noticiosas interessadas em manterem relações amigáveis com os departamentos de polícia. Fazer a cobertura do aborto poderá não ser igualmente importante para os jornais conservadores e os de esquerda. As organizações noticiosas poderão ser mais sensíveis às matérias sobre as consequências negativas do fumo quando o ministro da Saúde condena vocalmente a indústria do fumo.

### **Realizações e limitações**

A experiência do JDC sugere que a imprensa não tem inevitavelmente preconceito contra os interesses civis. Decorrente do JDC, muitas organizações noticiosas têm contribuído para o aumento no perfil e na frequência das matérias civis, particularmente nas questões que tratam das populações pobres e socialmente excluídas e dos direitos humanos (ANDI, 2006). Além disso, algumas organizações de defesa têm tido êxito em abrir espaço para as notícias civis através de construir alianças com as organizações noticiosas e têm se tornado fontes regulares.

Se concebermos a imprensa como um campo heterogêneo permeável à influência dos campos externos, a experiência do JDC sugere que os atores civis podem influenciar a produção das notícias. Os grupos civis conscientes da mídia e conhecedores do jornalismo vêm abrindo caminhos para religar a sociedade civil e a imprensa. As realizações do JDC são significativas. A cobertura noticiosa da violência doméstica na Argentina e as questões infantis no Brasil e na Colômbia, problemas que dificilmente parecem insignificantes em cada país, são diferentes do que eram anos atrás (Alfaro, 2008). O JDC mostra que os públicos organizados têm a capacidade de disputar as representações da mídia e exercer uma influência nas redações.

Como devemos interpretar o sucesso do JDC? Ele representa o fortalecimento do tecido conectivo entre a imprensa e a sociedade civil? Se for, isto implica uma maior realocação de poder dos estados e mercados?

Ao se conformar com as regras e práticas do jornalismo profissional, o JDC confirma a presença da “lógica de mídia”. A mídia de notícias é dominante na configuração do relacionamento com os grupos civis. As questões civis recebem cobertura desde que satisfaçam os critérios jornalísticos de valor noticioso e formatos de contar histórias. Os jornalistas decidem se qualquer forma de informações é notícia, quando se publica ou se coloca no ar, quais seções se enquadram com o conteúdo, e daí em diante. A “lógica de mídia” também determina quando e onde as exigências civis recebem a cobertura.

No entanto, seria incorreto concluir que as preocupações puramente jornalísticas determinam quais questões e grupos recebem a cobertura. As considerações relativas aos interesses do estado e do mercado têm um papel significativo nas decisões tomadas nas redações. Mesmo quando os jornalistas compartilham valores profissionais em comum, eles são sensíveis à maneira como as relações entre as organizações noticiosas e uma faixa de protagonistas externos poderão afetar o conteúdo das notícias. As considerações políticas como as posições editoriais vis-à-vis funcionários específicos do governo, além das relações pessoais entre os redatores e os políticos, afetam as decisões de notícias. Da mesma maneira, as questões econômicas são consideradas

também na seleção das matérias. Os arranjos econômicos entre as organizações noticiosas e os governos e anunciantes, os interesses financeiros dos membros do conselho editorial, e/ou as características de audiências específicas também afetam as decisões relacionadas com as notícias.

Nos casos em que as organizações noticiosas têm relações diferentes com os protagonistas políticos e econômicos, a “lógica da mídia” não está nem fixada nem idêntica em todas as redações. Quando algumas organizações noticiosas se opõem abertamente aos governos ou mantêm vínculos diferentes com as empresas, não há nenhuma “lógica de mídia” unificada que uniformemente determine o conteúdo das notícias. O conteúdo pode mudar dependendo das flutuações nas relações entre as organizações noticiosas e os protagonistas externos.

A lógica de mídia afeta a escolha das questões. Nem todas as questões e grupos civis têm as mesmas possibilidades de fazer notícias. Fica difícil generalizar sobre quais questões civis poderão encontrar a aceitação ou a rejeição pelas redações. Por via de regra, as questões civis que vão de encontro com os poderosos interesses políticos e econômicos têm mais probabilidades de ser ignoradas ou postas ao lado. Dado o poder da Igreja Católica na região, os jornalistas são tipicamente mais cautelosos na cobertura de direitos reprodutivos do que no caso de outras questões de saúde da mulher como a mortalidade materna ou a prevenção do câncer. Da mesma maneira, é mais provável que os repórteres façam cobertura do destino das crianças órfãs deslocadas pela guerra civil na Colômbia ou o uso das crianças no tráfico de drogas no Brasil do que o emprego de mão-de-obra infantil por empresas poderosas. A cobertura da violência contra as mulheres pelos seus companheiros masculinos como um problema geral poderá enfrentar menos resistência do que as denúncias de violência doméstica cometida por determinados funcionários poderosos.

Da mesma maneira, as considerações referentes às audiências também influenciam as notícias. As questões sociais que afetam diretamente as audiências têm mais probabilidades de receber atenção regular. Devido ao fato das audiências da mídia, especialmente no caso da mídia impressa, terem geralmente um número desproporcional de prósperas populações brancas, as notícias das muitas dimensões do racismo, desigualdades de classe, ou a exclusão de grupos indígenas poderão receber atenção ocasionalmente, porém não são temas com cobertura regular. As doenças e as condições de saúde que afetam desproporcionalmente aos pobres (por ex. desnutrição, tuberculose) têm menos probabilidades de receber tanta atenção que as doenças cardiovasculares e a obesidade que afetam amplos segmentos da população.

Além disso, a lógica de mídia determina os enquadramentos das notícias. Os enquadramentos de solidariedade que apresentam as questões em termos de empatia com as populações socialmente excluídas são mais frequentes que os enquadramentos que apresentam as questões como assuntos de autorização ou de direitos humanos. Aqui a diferença é se as questões civis são apresentadas como questões políticas ou não políticas. Muitas organizações noticiosas oferecem seções dedicadas às questões que afetam os cidadãos pobres e da classe trabalhadora em termos da caridade e da responsabilidade social. Tais seções apresentam regularmente uma variedade de questões, como os programas para deficientes e bancos de alimentos, de uma perspectiva não política. Os enquadramentos não políticos significam a construção das matérias em termos das lutas dos cidadãos para arrancar o poder dos poderosos

interesses políticos e econômicos. Inversamente, as perspectivas para o enquadramento das questões sociais como políticas, porque são apresentadas como temas que antagonizam os funcionários do governo ou entram em conflito com poderosos interesses empresariais, são diferentes. Elas não estão necessariamente ausentes, porém são raras porque exigem um comprometimento político dos repórteres e das organizações noticiosas. A *Página 12* da Argentina, por exemplo, faz cobertura regularmente da saúde reprodutiva e da violência doméstica através dos enquadramentos que dão prioridade à autorização e aos direitos.

### **Conclusões**

A experiência do JDC levanta a questão se podemos discutir o fortalecimento das relações entre a “sociedade civil” e a “imprensa” em termos gerais. Nem a sociedade civil nem a imprensa são um campo unificado e homogêneo. A sociedade civil compreende grupos não similares e interesses que se enquadram de forma diferente na “lógica de mídia” das organizações noticiosas. Devido à variação dos interesses da imprensa principal nas matérias específicas, a eficácia dos grupos sociais em obterem cobertura depende das suas exigências. As oportunidades para envolver a imprensa na cobertura de qualidade e com responsabilidade das questões civis não são idênticas para todos os públicos e todas as questões.

O JDC também levanta novas questões sobre as perspectivas e as estratégias para transpor as brechas entre a sociedade civil e a imprensa. Nesta questão, os debates acadêmicos estão enraizados em ambientes de escassez da mídia que são substancialmente diferentes da atual abundância da mídia. Esta situação é a premissa das visões tipo “soma zero” das relações entre a imprensa vis-à-vis os estados, os mercados e a sociedade civil. Se os mercados conquistam terreno, é à custa dos estados e da sociedade civil; se os estados se tornam mais influentes, é através de tirar o poder da sociedade civil e dos mercados. Esta perspectiva poderá ser limitada para captar as relações entre a imprensa e os outros protagonistas em uma paisagem de notícias em expansão. O lançamento de novas seções e segmentos impressos e na mídia audiovisual junto com a proliferação dos websites na Internet, das estações de rádio e canais de cabo têm nos levado à explosão da mídia de notícias. O ambiente multinível e diversificado da mídia com uma demanda constante da diversificação de conteúdo aumenta as oportunidades para fazer notícias. Em princípio, isto oferece oportunidade para a diversificação do conteúdo, inclusive a cobertura de uma faixa de vozes e questões civis. Em uma época de mídia abundante, os sistemas contemporâneos de mídia abrem espaço para a entrada dos grupos civis em formas que eram mais difíceis no passado.

As conquistas dos grupos civis, entretanto, poderão não resultar em menos relevância para os estados e mercados. O JDC sugere que as vozes civis poderão ganhar presença sem provocar uma reforma maior das relações do poder. O impacto do JDC não pode ser avaliado principalmente ou apenas em termos da quantidade de matérias. Em algum lugar, em uma vasta paisagem emergente da mídia, os interesses civis de uma gama ampla serão provavelmente expressos. Em vez disso, a questão é quais são os temas devida e extensivamente cobertos pela mídia principal que exigem a atenção dos tomadores-chave de decisão e das grandes audiências. Não é simplesmente se há oportunidade para a expressão civil, mas, em vez disso, a presença das vozes civis nas principais notícias.

Resta o desafio de determinar como as questões que afetam desproporcionalmente as populações, que não são centrais para a lógica do mercado das organizações de mídia, conseguem a cobertura da imprensa. Enquanto as principais organizações dão prioridade aos vínculos com as elites políticas e os grandes interesses do mercado, a defesa da mídia, nas questões que ameaçam diretamente esses interesses, permanece difícil. Assim, as realizações do JDC ao religar os interesses civis e a imprensa variam, dado que nem todos os públicos e os interesses estão posicionados de maneira semelhante vis-à-vis a imprensa principal para obter igualmente o êxito. O JDC fornece lições valiosas para compreender como o público mobilizado pode efetivamente conectar com a mídia principal, conseguir a visibilidade e transformar a cobertura das notícias dentro dos limites dos sistemas de imprensa ainda sob a influência forte dos estados e mercados.

## Referências

- Alcalay, R. and C. T. Mendoza (2000) 'Proyecto COMSALUD: Un estudio comparativo de mensajes relacionados con salud en los medios masivos latinoamericanos.' (The COMSALUD Project: A comparative study of health messages in mass media in Latin America) Washington, DC: Pan American Health Organization.
- Alfaro, R. M. (2005) *Hacia Nuevas Rutas Eticas en Nuestros Medios (Towards New Ethical Paths in Our Media)*. Lima: Veeduría Ciudadana de la Comunicación Social.
- Alfaro, R.M. (2008) *Monitoreo Latinoamericano: Desde lo Real a lo Imaginario (Latin American Monitoring: From the Real to the Imaginary)*. Lima: Calandria.
- ANDI (2003) *Crianças Invisíveis: O Enfoque da Imprensa sobre o Trabalho Infantil Domestico e Outras Formas de Exploração. (Invisible children: Press Coverage of Children's Housework and other Forms of Exploitation)* São Paulo: Cortez
- ANDI (2006). *Facing the Challenge: Children's Rights and Human Development in Latin American News Media*. Brasilia: ANDI.
- Arenas, W. et al (2003) *El Conflicto Armado en las Páginas de El Tiempo. (The Armed Conflict in El Tiempo)* Bogota: El Tiempo.
- Benson, R. (2004) 'Bringing the sociology of media back in,' *Political Communication* 21: 275-292.
- Benson, R. (2006) 'News media as a "journalistic field": What Bourdieu adds to new institutionalism, and vice versa,' *Political Communication* 23: 187-202.
- Bonilla Velez, J. and C. Gómez (2006). 'Medios de comunicación y violencias en America Latina,' (Communication media and violence in Latin America) *Controversia* 187, [http://www.cinep.org.co/revistas/controversia/controversia187/art06\\_mediosdecomunicacion.pdf](http://www.cinep.org.co/revistas/controversia/controversia187/art06_mediosdecomunicacion.pdf)
- Brysk, A. (2000). *From Tribal Village to Global Village: Indian Rights and International relations in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.
- Curran, J. (2002) *Media Power*. London: Routledge.
- da Rocha, A. Ed., 1995. *Saude & Comunicação: Visibilidades e Silêncios. (Health and Communication: Visibility and Silence)* São Paulo: Hucitec/Abrasco.
- Dahlgren, P. (2008) *Media and Civic Engagement: Citizens, Political Communication, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- de Oliveira, F. (1996). *Democracia, Meio Ambiente e Jornalismo no Brasil. (Democracy, Environment, and Journalism in Brazil)* São Paulo: Edusp

- Diani, M. and I. Bision (2004) 'Organizations, coalition, and movements', *Theory and Society* 33: 281-309.
- Eckstein, S. (ed) (1989) *Power and Popular Protest: Latin American Social Movements*. Berkeley: University of California Press.
- Escobar, A. and S. Alvarez Eds. (1992) *The Making of Social Movements in Latin America*. Boulder, CO: Westview.
- Fraser, N. (1997) *Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Post-Socialist" Condition*. New York. Routledge.
- Gill, J. and S. Hughes. (2005) 'Bureaucratic Compliance with Mexico's New Access to Information Law', *Critical Studies in Media Communication* 22(2): 121-137.
- Gonzaga Motta, L. (2008) E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística, in Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ed.). *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo (Social Public Policies and the Challenges for Journalism)*. São Paulo: Cortez.
- Guedes, O. (2000) Environmental issues in the Brazilian press, *Gazette: International Journal for Communication Studies*; 62 (6): 537-555.
- Gutiérrez Coba, L. et al. (2007) 'La prensa como creadora de estereotipos sobre los reinsertados y el proceso de paz en Colombia,' *Palabra Clave*, 10: 2.
- Hallin, D. C. (2000) 'Media political power, and democratization in Mexico', in J. Curran and M. Park (eds.), *De-Westernizing Media Studies*. London: Routledge.
- Hilgartner, S. and C. L. Bosk (1988) 'The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Mode' *American Journal of Sociology* 94(1): 53-1
- Huesca, R. and B. Dervin (2006) 'Theory and Practice in Latin American Alternative Communication Research', *Journal of Communication* 44(4): 53 – 73
- Hughes, S. and L. Chappell (2005). The Barriers to Media Opening in Latin America. *Political Communication* 22 (1): 9-25.
- Jukofsky, D. (2000). 'El periodismo ambiental: Una especie en extinción,' *Chasqui* 70. <http://www.comunica.org/chasqui/jukofsky70.htm>
- Larrain, S. and A. Valenzuela. (2004). *Televisión y ciudadanía. (Television and citizenship)* Santiago: Fucatel.
- Luft, S. (2005). *Jornalismo, Medio Ambiente e Amazonia: Os Desmatamentos nos Jornais. (Journalism, Environment, and the Amazon: Deforestation in the Press)*. São Paulo: Annablume.
- Pedraglio, S. (2005) 'Agendas distantes: Los medios de comunicación y los partidos políticos en la Región Andina,' in IDEA (ed.) *Democracia en la Región Andina, los telones de fondo (Democracy in the Andean Region)*. IDEA.
- Periodismo Social (2004). *Niñez y Adolescencia en la Prensa Argentina (Childhood and Adolescence in the Argentine Press)*. Buenos Aires: Periodismo Social.
- Ramos, S. and A. Paiva (2007). *Mídia e Violência: Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil (Media and Violence: New Trends in the Coverage of Crime and Safety in Brazil)*. Rio de Janeiro: CESEC.
- Rodríguez, C. (2001) *Fissures in the Mediascape. An International Study of Citizens' Media*. Cresskill, NJ: Hampton Press
- Skidmore, T. E. (ed) (1993) *Television, Politics and the Transition to Democracy in Latin America*. Baltimore: John Hopkins University Press
- Yashar, D. (2005) *Contesting Citizenship in Latin America: The Rise of Indigenous Movements and the Postliberal Challenge*. Princeton: Princeton University Press.

SILVIO WAISBORD

**Silvio Waisbord** é professor assistente na Escola de Mídia e Assuntos Públicos. Ele é o editor do International Journal of Press Politics. Após receber seu Ph.D. em Sociologia da Universidade da Califórnia em San Diego, foi professor adjunto na Universidade de Rutgers e diretor do Journalism Resources Institute. Mais recentemente, foi Senior Program Officer na Academy for Educational Development.  
e-mail:wajsbkrd@gwu.edu